

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI – ESTADO DO PIAUÍ.

Referência processo nº 0000537-55.2019.8.18.0033

Da relevância das mensagens via WhatsApp:



FRANCISCO DE JESUS LIMA, brasileiro, divorciado, promotor de justiça, com lotação na 5ª vara criminal de Teresina, portador de CPF nº 226.229.343-00, residente e domiciliado em Teresina na rua desembargador José Magalhães da Costa, nº 420, loteamento Angélica, bairro Planalto Uruguai, por intermédio de sua novel advogada “in fine” assinado (doc. de procuração anexo), vem, com o devido respeito, falar sobre as medidas protetivas deferidas nos autos acima epigrafados, para tanto expondo e, ao final, requerendo o seguinte:

Para elucidação dos fatos, em respeito às preferências sexuais, impõe-se traçar o início da relação entre os envolvidos, até como forma de demonstrar onde busca chegar a suposta vítima, para denegrir e macular a vida social e profissional do requerente, que se faz pontualmente:

I.DO INÍCIO DA RELAÇÃO AFETIVA:

Há três anos aproximadamente, o requerente, em substituição, exerceu atribuições de promotor de justiça em Piripiri junto a 1ª vara criminal, data que conheceu a suposta vítima, onde esta relatou o final do seu relacionamento homoafetivo com a senhora SANDRA REGINA MIRANDA CRUZ, testemunha ouvida pela autoridade policial e que dela sofria perseguições por força do término da relação entre elas.

Na condição de promotor de justiça com atuação criminal, orientou a suposta vítima, inclusive para, se fosse o caso, propositura de ação penal, o que não foi necessário. Hoje, aliadas distorcem a realidade dos fatos, para fins de macular a vida social e profissional do requerente.

I.II.DA RELAÇÃO DE AFETO:

De lá para cá, requerente e suposta vítima construíram uma relação de afeto e amizade, culminando com uma relação de namoro por aproximadamente 02 (dois) anos, cujos encontros deixaram de ser frequentes quando este deixou de responder pela cidade de Piripiri.

I.III. IDAS E VOLTAS DA RELAÇÃO:

Inobstante este contexto, o ex-casal se encontrava esporadicamente, mas já estavam separados aproximadamente uns 06 meses, quando a suposta vítima procurou o requerente para auxiliá-la no pagamento do seguro do seu carro, o que este prontamente o fez, dada à amizade e o carinho que por ela nutria.

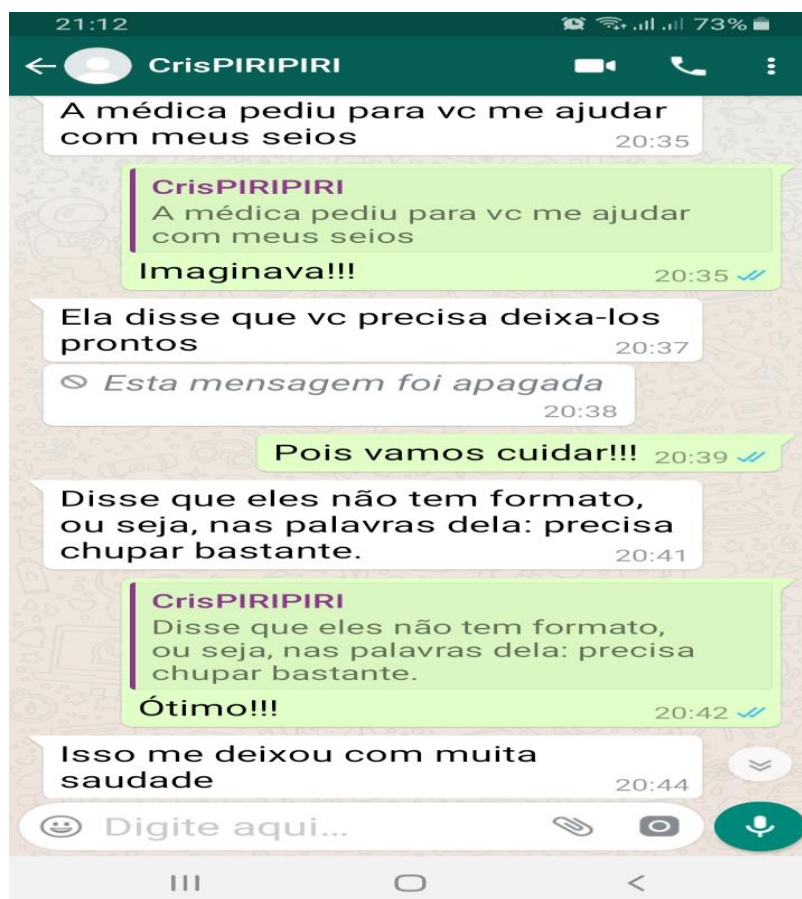
Neste contexto, a suposta vítima falou que se encontrava em estado gravídico, onde o requerente até brincou se seria filho da SANDRA, mas esta declinou que o suposto pai seria o também promotor CLÁUDIO SOEIRO, que por este ser casado, ela vítima precisava muito do apoio do

requerente.

Sem hesitar, o requerente se predispôs a auxiliar no limite de suas possibilidades, onde se reaproximaram e voltaram a se encontrar, numa relação sadia, onde a suposta vítima chegou a participar de eventos na companhia do requerente. A exemplo, foi o evento realizado no dia 01 de junho do corrente ano na cidade de Timon, estado do Maranhão, no -colégio militar, onde esta aparece na foto ao seu lado na roda de conversas com estudantes.

I.IV. ACEITAÇÃO DA GRAVIDEZ:

Em mensagens de WhatsApp (vide print), a suposta vítima em conversas com o requerente afirmou que, em consulta, a médica havia lhe falado da necessidade desta preparar os seios para receber a futura criança, daí convidou o requerente para chupá-los, o que este, de pronto, aceitou, o que demonstra a aceitação da gravidez da suposta vítima; não se justificando, assim, incompatibilidade com qualquer ato de violência.

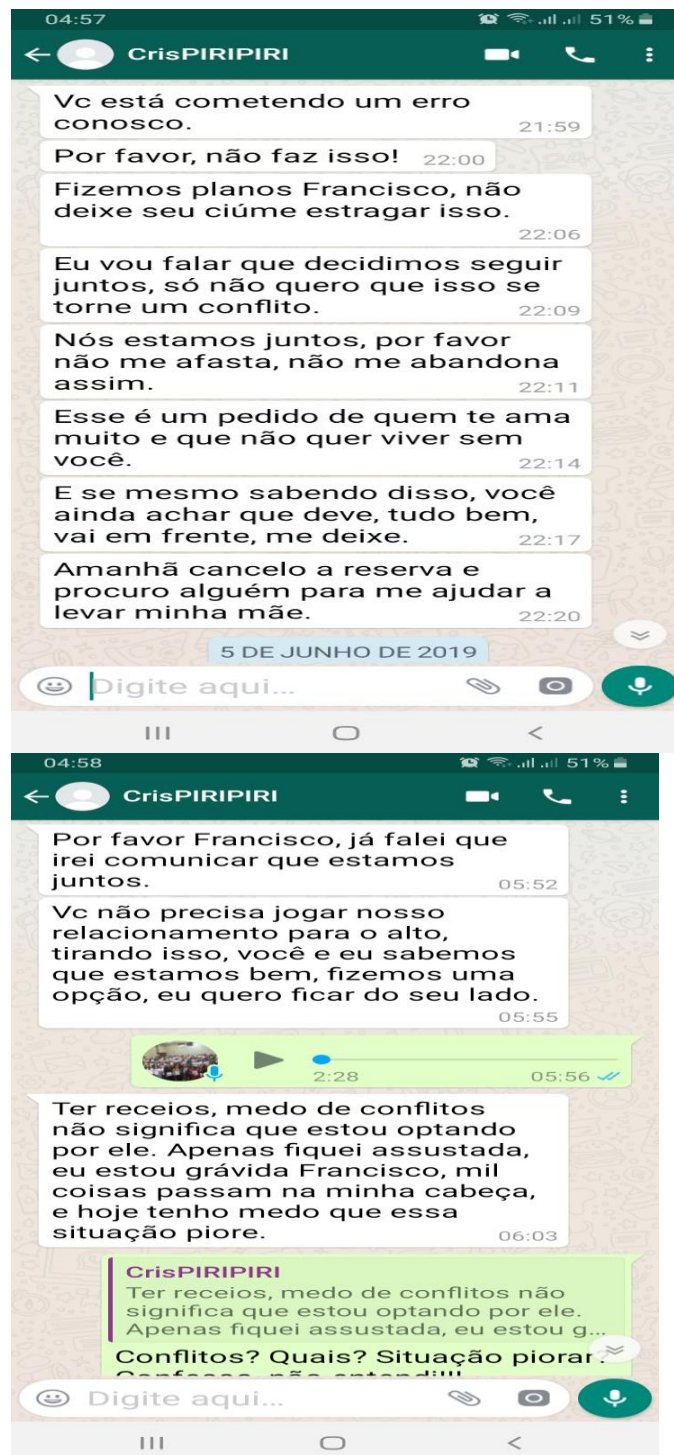


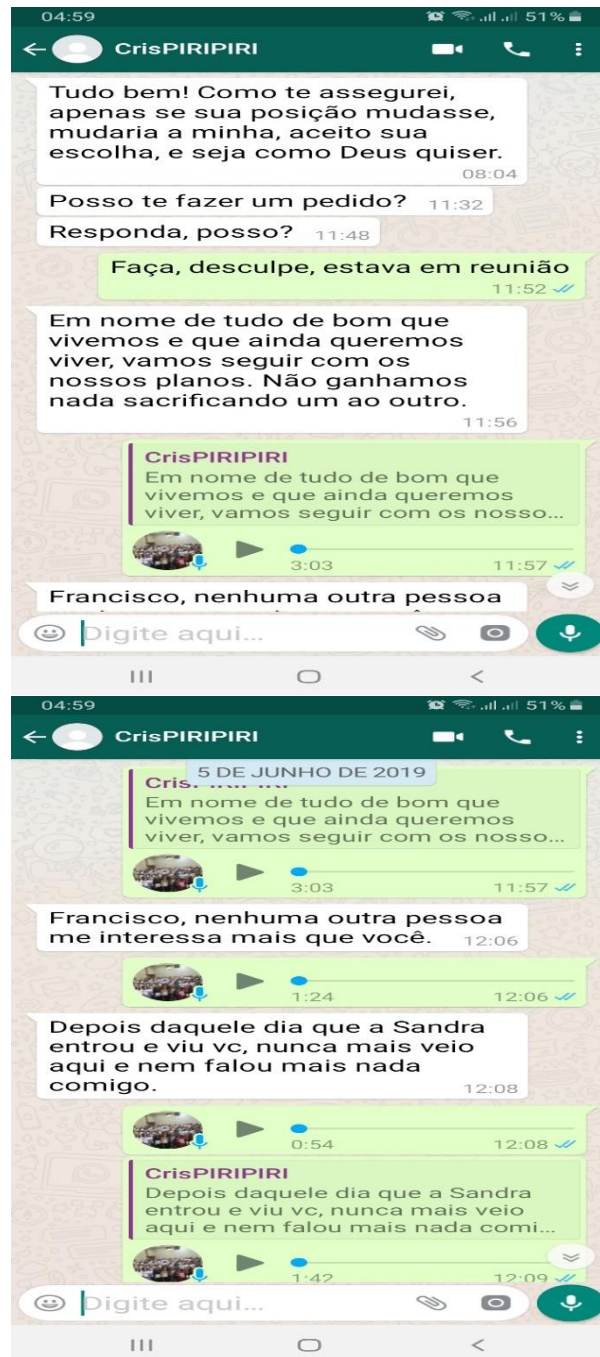


I.V. DAS MENSAGENS DIÁRIAS, ÁUDIOS E FOTOS:

Em mensagens diárias de WhatsApp, a suposta vítima insistia para o requerente não abandoná-la, pois era por ele que ela tinha

feito opção de relacionamento, sendo que este insistia pelo fim do relacionamento, conquanto antes também tivesse insistido de com ela permanecer e acolher o nascituro, conforme prints anexos.





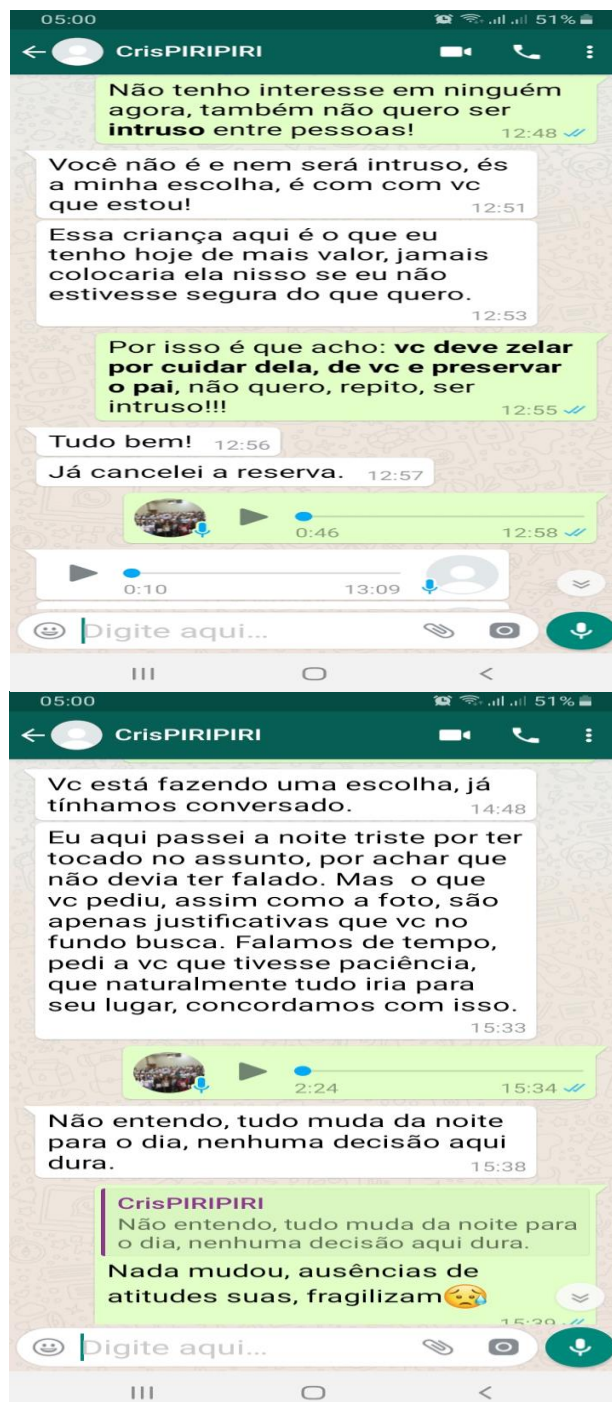
Quanto às fotos, serão entregues em juízo em envelope lacrado.

II. PROPOSTA DE VIAGENS E CASAMENTO:

Insistentemente, a suposta vítima buscava programar viagens com o requerente, a última, a pedido dela, seria para praia de Barra Grande-PI, onde iriam passar o festivo dia dos namorados em lua de mel,

conforme comprova os prints de conversa e transferência bancária feita para conta da suposta vítima, (em anexo).

Por mútuo acordo, traçaram planos, dentre eles a suposta vítima propôs a liberação da senha dos celulares, aceito pelo requerente, pois, segundo ela, iniciava-se um novo ciclo! Mas foi aí, que o aplicativo WhatsApp, rapidamente transformou o mel em fel.



III.A CIRURGIA DA MÃE DA SUPOSTA VÍTIMA:

A mãe da suposta vítima passou por uma cirurgia e necessitava realizar uma perícia no INSS em Teresina no dia 10 de junho pretérito, quando esta pediu para o requerente ir buscá-las em Piripiri, este concordando, para lá se dirigiu no dia 08/06, dormiu na casa da suposta vítima e retornam para Teresina no dia seguinte 09/06 (domingo) e ficaram na casa do requerente.

Na manhã de segunda-feira, quando o requerente acordou, a suposta vítima já tinha feito backup de todas suas conversas, fotos, vídeos e prints do WhatsApp, lá encontrou conversas de outros relacionamentos passados e atuais, aí passou cobrar ciúmes e transferiu do celular dela áudio pessoal dela e do pai da criança para o celular do requerente e jogou no grupo de promotores, não se sabe com que propósito.

Mas sobre essa transferência, o requerente só ficou sabendo no final da tarde, quando em ligação com a suposta vítima esta falou do áudio no grupo, fazendo, inicialmente, o requerente entender que se tratava de outro áudio e dele ter partido o envio.

O bom senso não levaria o referido áudio ter partido do requerente, muito embora partisse do seu celular, pois se tratava de conversas privadas, trocas e juras de amor entre eles, falando dos encontros, passeios, viagens, aniversários! Como o requerente teria acesso a tão íntimas conversas em seu celular.

IV.NOTIFICAÇÃO DO SUPOSTO PAI VIA APLICATIVO DE WHATSAPP:

De outra banda, antes de saber do envio do áudio, o requerente enviou mensagens de texto via WhatsApp, para o pai da criança, contando-lhe a situação, para assim a suposta vítima dele fosse cobrar lealdade, tudo a ela notificado e em sua presença, sem lhe dirigir quaisquer palavras desabonadora, buscando sair de vez da relação e por um fim na incomoda relação, nos seguintes termos:

“Bom dia colega!

Sobre os fatos envolvendo o processo:

Entre eles houve relação de afeto, que foi objeto de conhecimento, sendo que a envolvida relatou o estado grávidico e daí se iniciou, mutuamente, possibilidades de reatamento, onde de forma consensual e ajustada, aquela liberou acesso irrestrito ao seu celular, inclusive liberando a senha.

Por perceber que esta buscava manter duplicidade de relação, o envolvido não encontrou alternativa senão buscar a verdade real com envio de mensagem via whatsapp, quando se encontrava na casa da envolvida, cujas respostas chegaram quando já se encontravam em Teresina (fatos e textos de conhecimentos).

Ainda hoje, a envolvida busca um duplo envolvimento, que não é interesse da outra parte, os "print's" que seguirão deverão ser vistos e excluídos, ou usados a critério." (grifo nosso).

Esta, por sua vez, resolveu chamar um uber, não aceitou qualquer outra ajuda do requerente, que ainda ficou ligando e enviando mensagens de texto, face ao estado grávidico da suposta vítima e o quadro clínico de sua genitora, sem êxitos.

V.REVANCHISMO DA DENUNCIANTE:

Neste contexto fático, percebe-se que a denunciante, aliada à sua companheira, buscam, por revanche, macular a vida social e profissional do requerente, tudo por capricho pessoal, face à insatisfação daquela em ter descobertos relacionamentos outros do requerente, embora a tenha acolhido e não hesitou em prestar o apoio que esta solicitou.

VI. DO PEDIDO:

Face ao exposto, dada às razões fáticas, aliado aos prints das conversas, demonstra-se incompatibilidade com agressões que diz ter sofrido a suposta vítima, traduzindo-se em elementos suficientes, segundo a defesa técnica, para revogação das medidas protetivas deferidas, mas, **por pedido pessoal do requerente**, propugna-se por suas manutenções, pois para ele as medidas deferidas não afetam sua conduta, até porque os fatos narrados pela suposta vítima são inexistentes. Diante da urgência, **requer** a

juntada da procuração dos advogados dentro do prazo legal.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Teresina (PI), 25 de junho de 2019.

Assinatura Digital
JORDANA DE SOUSA TORRES
OAB-MA n.º 17.483

BRUNO FABRÍCIO ELIAS PEDROSA
OAB-PI n.º15.339